

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.580.193 - SP (2019/0268860-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : RITMO LOGISTICA S/A
ADVOGADOS : ARNALDO CONCEIÇÃO JUNIOR E OUTRO(S) - PR015471
JÉSSICA AGDA DA SILVA PAOLONI - PR040659
AGRAVADO : ROBERTO CARLOS DE BARROS
AGRAVADO : IVANA MARIA PEREIRA DE BARROS
AGRAVADO : JAQUELINE REGINA PEREIRA DE BARROS
AGRAVADO : LUAN FILIPE PEREIRA DE BARROS
ADVOGADO : ADEMIR DE NAPOLES E OUTRO(S) - SP059947

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RITMO LOGÍSTICA S.A. contra decisão de inadmissibilidade do recurso especial apresentado, com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - PRESCRIÇÃO - DEMANDA AJUIZADA APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA CRIMINAL - APLICAÇÃO DO ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL - Não se mostrava irrelevante à apuração do fato perante a justiça criminal, para o fim de imputar a responsabilidade da agravante, mormente porque tão somente a análise da dinâmica do acidente em Juízo propiciaria a aferição da responsabilidade pelo evento danoso.

- Tendo em vista que a r. sentença criminal foi prolatada em 20.02.17 e a demanda na qual foi proferida a r. decisão agravada foi ajuizada em 20.07.18, não há que se falar em prescrição vez que a ação foi ajuizada quando ainda não havia se findado o prazo prescricional aplicável a espécie, qual seja, de três anos (art. 206, § 3º, V, do CC).

RECURSO IMPROVIDO.

Em suas razões de recurso especial, a parte recorrente alegou violação dos arts. 200 e 935 do CC, defendendo a ausência de interrupção da prescrição da pretensão indenizatória cível pelo curso de apuração processual criminal, porque não havia dúvidas sobre a autoria e materialidade do evento danoso causado por motorista de caminhão de sua titularidade. Asseverou a independência da responsabilidade cível e criminal e que a eventual absolvição do motorista não isentaria sua responsabilização.

Contrarrazões apresentadas às fls. 768-772 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte, a existência de processo criminal para a apuração da responsabilidade pela ocorrência do acidente de trânsito é causa impeditiva da prescrição, nos termos do art. 200 do Código Civil.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. MORTE DA VÍTIMA. LEGITIMIDADE PASSIVA PARA A CAUSA. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. VALOR DA INDENIZAÇÃO.

REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória (Súmula n. 7/STJ).

2. A existência de processo criminal, no qual se apura a responsabilidade do motorista da empresa ré pelo acidente, faz incidir a causa impeditiva da prescrição prevista no art. 200 do Código Civil. Precedentes.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 580.397/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 07/06/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE AÇÃO PENAL EM CURSO. ART. 200 DO CÓDIGO CIVIL. RECURSO DESPROVIDO.

1. A existência de processo criminal, no qual se apura a responsabilidade pela ocorrência do acidente de trânsito, é causa impeditiva da prescrição, nos termos do art. 200 do Código Civil: "quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva." Precedentes.

2. Agravo interno não provido.

(AgRg no REsp 1256777/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 20/04/2017, DJe 02/06/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. ARTIGO 200 DO CÓDIGO CIVIL. APLICABILIDADE. DANO MORAL. REDUÇÃO.

IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ. PENSÃO MENSAL. PAGAMENTO EM PARCELA ÚNICA. AFASTAMENTO. DISPOSITIVO VIOLADO. NÃO INDICAÇÃO. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO.

1. Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e o art.

200 do Código Civil, o lapso prescricional da pretensão indenizatória começa a fluir a partir do trânsito em julgado da sentença definitiva penal, quando a conduta ilícita supostamente perpetrada pela parte ré se originar de fato a ser apurado também no juízo criminal.

2. A fixação da indenização por danos morais baseia-se nas peculiaridades da causa, exigindo a sua revisão o reexame do contexto fático-probatório, procedimento vedado em recurso especial, nos termos do enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

3. Considera-se deficiente de fundamentação o recurso especial que não indica os dispositivos legais supostamente violados pelo acórdão recorrido, circunstância que atrai a incidência, por analogia, do enunciado nº 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 580.041/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 03/02/2016)

No caso dos autos, o Tribunal de origem concluiu pela impossibilidade de fluência do prazo prescricional da pretensão indenizatória decorrente de responsabilidade civil por acidente de trânsito até o proferimento da sentença penal, com fundamento na **existência de dúvida sobre a autoria do evento danoso**. Isso porque o motorista do caminhão sustentava a tese de culpa exclusiva da vítima, a qual teria invadido com o seu veículo a faixa de rolamento onde trafegava o caminhão (e-STJ, fl. 718):

O recurso não comporta acolhimento.

*Isto porque, em que pese o argumento sustentado pela agravante, na época em que os fatos ocorreram **apenas restava incontestemente a materialidade do evento danoso**, qual seja, a morte do filho e irmão dos agravados, a qual foi reportada no Boletim de Ocorrência e no Laudo necroscópico.*

*Note-se que, no caso dos autos, não se mostrava irrelevante à apuração do fato perante a justiça criminal, para o fim de imputar a responsabilidade da agravante, mormente porque **tão somente a análise da dinâmica do acidente em Juízo propiciaria a aferição da responsabilidade pelo evento danoso, pois, ainda que o***

caminhão tenha colhido o veículo da vítima, ela poderia, de forma inadvertida, ter inobservado as regras de trânsito, dando causa ao evento danoso.

Referida dúvida se mostrava evidente, vez que o condutor do caminhão sustentava a tese de que foi a vítima que invadiu a sua faixa de rolamento, controversia essa restou superada com a prolação da r. sentença criminal copiada às fls. 50/54, na qual, para a imputação da responsabilidade ao motorista do caminhão, o R. Juízo a quo analisou a versão dos fatos por ele trazida frente aos depoimentos prestados em Juízo e laudos acostados ao processo.

Desse modo, à luz dos fatos definitivamente delineados pelas instâncias ordinárias – os quais não podem ser revisados nesta instância, nos termos da Súmula 7/STJ –, constata-se a conformidade do acórdão recorrido com jurisprudência desta Corte, circunstância que impossibilita o provimento do recurso especial, óbice da Súmula 83/STJ.

Ante o exposto, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator